

Contrato Administrativo nº 06/2013

CONTRATO DE RATEIO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE IOMERÊ E O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE-CIS-AMARP PARA O EXERCÍCIO DE 2013.

Pelo presente instrumento de Contrato de Rateio que celebram entre si o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe-CIS-AMARP, Associação Pública com personalidade jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 11.023.771/0001-10, com sede à Rua Manoel Roque, 99, Alvorada, Videira S/C, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Euzebio Calisto Vieceli, e o Município de Iomerê, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 01.612.744/0001-20, com sede administrativa na Rua João Rech, 500, CEP 89558-800, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. Luciano Paganini.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

Cláusula Primeira-Aplica-se ao presente Contrato de Rateio as disposições da Legislação Federal de Licitações, Lei nº 8.666/93, e de Consórcios Públicos, Lei 11.107/05, bem como a Legislação Municipal de Ratificação do Protocolo de Intenções do CIS-AMARP, Lei Municipal nº 517, de 27 de maio de 2009, bem como as cláusulas do Contrato de Programa 08/2010.

Cláusula Segunda-O presente contrato é celebrado com dispensa de licitação, com fundamento no art.24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93.

DO OBJETO

Cláusula Terceira -Este Contrato de Rateio tem por objeto disciplinar a entrega de recursos pelo Município de Iomerê ao CIS-AMARP para atendimento do objeto disciplinado no Contrato de Programa nº 08/2010.

DOS VALORES E FORMA DE REPASSE

Cláusula quarta -Para a execução do objeto deste contrato, o Município repassará mensalmente ao CIS-AMARP:

- a) A importância fixa de R\$ 1.250,00 (Hum mil e duzentos e cinquenta reais) que será utilizada para cobertura das despesas administrativas do CIS-AMARP, compreendendo pessoal, obrigações patronais, encargos sobre movimentações financeiras e taxas bancárias, despesas de capital e despesas de consumo.

Parágrafo único- O Município repassará ao CIS-AMARP, a parcela fixa, nos meses de janeiro a dezembro de 2013, que deverá ser repassada até o dia 20 de cada mês.

DOS RECURSOS

Cláusula quinta-As despesas que decorrem da aplicação deste termo de Contrato de Rateio, correrão por conta de dotações específicas do orçamento fiscal do Município de Iomerê.

Cláusula sexta -Poderá ser excluído do consórcio público, após prévia suspensão, o ente consorciado que não consignar em sua lei orçamentária ou em créditos adicionais, as dotações suficientes para suportar as despesas assumidas por meio de contrato de rateio.

DAS RESPONSABILIDADES

É RESPONSABILIDADE DO CONTRATADO:

- I- Receber e Contabilizar os recursos recebidos de acordo com as normas de direito financeiro aplicável às entidades públicas, conforme estabelece o artigo 9º da Lei Federal 11.107;
- II- Fornecer as informações necessárias para que sejam consolidadas, nas contas do município de Iomerê, todas as despesas realizadas com os recursos ora pactuados, de forma que possam ser contabilizados nas contas do município na conformidade dos elementos econômicos e das atividades atendidas o parágrafo 4º, artigo 8º da Lei Federal 11.107.
- III- Aplicar os recursos repassados pelo município exclusivamente nas ações previstas no Contrato de Programa e no Orçamento aprovado pela Assembléia Geral dos Consorciados;
- IV- Disponibilizar relação atualizada dos prestadores de serviços credenciados e contratados, com identificação dos procedimentos e respectivos custos.

É RESPONSABILIDADE DO CONTRATANTE:

- I- Emitir as autorizações para atendimento aos usuários;
- II- Promover o controle de uso dos procedimentos pactuados para identificar o limite de uso de acordo com seu repasse;
- III- Receber a prestação de contas e consolidar nas contas do município;
- IV- Apresentar os resultados da execução, ao Conselho Municipal de Saúde;
- V- Efetuar o repasse mensal do recurso conforme estabelecido;
- VI- Manter os recursos orçamentários necessários ao desempenho das ações ora pactuadas.

DA VIGÊNCIA

Cláusula sétima-O presente contrato entra em vigor na data de sua assinatura, até o dia 31 de dezembro de 2013.

DAS PENALIDADES

Cláusula oitava-O consorciado inadimplente com o CIS-AMARP será notificado formalmente sobre sua inadimplência, para que regularize sua situação.

Cláusula nona-Uma vez notificado da inadimplência, serão suspensos os serviços do consórcio ao respectivo consorciado até a regularização da dívida.

Cláusula décima -Não sendo regularizada a inadimplência no prazo de seis meses, o ente consorciado poderá ser excluído do consórcio, mediante deliberação da Assembléia Geral.

DO FORO

Cláusula décima primeira-Fica eleito o foro da Comarca de Videira S/C para dirimir as questões decorrentes do presente Contrato.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula décima segunda-Por estarem assim contratadas as partes, firmam o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Videira, 02 de janeiro de 2013.

Euzébio Calisto Vieceli
Presidente CIS-AMARP

Luciano Paganini.
Prefeito de Iomerê

VISTO:
Humberto Dalpizzol
OAB/SC 15588